

**Rivania Selma de Campos Ferreira**

---

**De:** Marcelo de Almeida Frota  
**Enviado em:** terça-feira, 7 de dezembro de 2021 09:24  
**Para:** Rivania Selma de Campos Ferreira  
**Assunto:** ENC: OficioABRHidro  
**Anexos:** Oficio.presidentesenado\_ABRHidro.pdf

---

**De:** Sen. Rodrigo Pacheco  
**Enviada em:** segunda-feira, 6 de dezembro de 2021 13:57  
**Para:** Marcelo de Almeida Frota <MFROTA@senado.leg.br>  
**Assunto:** ENC: OficioABRHidro

**De:** Synara Diretoria [<mailto:synara.diretoria@abrh.org.br>]  
**Enviada em:** sexta-feira, 3 de dezembro de 2021 19:26  
**Para:** Sen. Rodrigo Pacheco <[sen.rodrigopacheco@senado.leg.br](mailto:sen.rodrigopacheco@senado.leg.br)>  
**Assunto:** OficioABRHidro

Exmo Presidente do Senado Federal,

Em anexo, envio Ofício da ABRHidro que apresenta o anseio da comunidade hídrica brasileira sobre o perfil da diretoria da Agência Nacional de Recursos Hídricos e Saneamento Básico - ANA.

Por favor, acuse o recebimento deste e-mail.

Atenciosamente,

--

Synara Aparecida Olendzki Broch

Presidente da **Associação Brasileira de Recursos Hídricos**

Fone: +55 67 999838013

<http://www.abrh.org.br>

Skype: synara.broch

**Porto Alegre, 04 de dezembro de 2021.**

**Ofício nº 059/2021 ABRHidro**

Ao Exmo. Sr.

Senador **Rodrigo Otavio Soares Pacheco**

Presidente do Senado

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado,

Com nossos cordiais cumprimentos, a Associação Brasileira de Recursos Hídricos, associação técnica de abrangência nacional há 44 anos, com forte atuação na construção e aprimoramento da Política e do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, expressamos nosso entendimento acerca do perfil profissional requerido aos membros da diretoria colegiada da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, em processo de indicação.

A Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro) entende que a Constituição Federal de 1988 comandou, de forma moderna, a criação do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH) como sistema específico e especializado para tratar deste relevante tema nacional, com o objetivo de promover a segurança hídrica dos usos múltiplos para as gerações atual e futura.

Este comando constitucional correto, justo e atual foi materializado por meio da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), definida pela Lei 9.433/1997 ("Lei das Águas"), pela Lei 9.984/2000 que criou a Agência Nacional de Águas (ANA) e pelo



Associação Brasileira de Recursos Hídricos

conjunto de Leis Estaduais que definem o arcabouço político, jurídico e institucional que as Unidades da Federação utilizam para gerir as águas em seus domínios.

Com a aprovação do novo Marco do Saneamento (Lei nº 14.026, de 15 de junho de 2020), a ANA, agora denominada Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, inicialmente criada para regular o acesso ao bem público água e coordenar a implementação do SINGREH, passou a assumir a tarefa de Regulação dos Serviços de Saneamento.

Ao longo dos 20 anos de existência, a ANA constituiu um corpo técnico maduro, competente e robusto para o planejamento e gestão de recursos hídricos no Brasil, o que lhe permitiu fortalecer órgãos gestores estaduais de recursos hídricos, fomentar a criação de comitês de bacia hidrográfica, ente de estado de primeira instância de tomada de decisão hídrica, implementar instrumentos de gestão de recursos hídricos e criar mecanismos de enfrentamento de crises hídricas no país.

A partir de 2010, a Agência tornou-se reguladora também de serviços, gestora de informações, coordenadora do Sistema Nacional de Segurança de Barragens e, recentemente, lhe foi atribuída a normatização de referência do setor de saneamento para que se evitem disfunções com consequências que se remetem ao comprometimento da boa qualidade de vida da população brasileira.

Neste contexto, a ANA passará por modificações profundas para se reconfigurar de modo a cumprir seus novos objetivos institucionais relacionados ao saneamento básico. Para tanto, necessita de novos recursos humanos e materiais para que, ao absorver as estruturas e atividades desta nova agenda, não produza perdas significativas na área de recursos hídricos. O corpo técnico adicional requerido pela ANA deve incorporar novas especialidades requeridas na regulação do saneamento.

Ou seja, é preciso aprimorar a PNRH e o SINGREH para responder plenamente à desafiadora e crescente demanda por mais segurança hídrica da sociedade e da economia, sobretudo no cenário de intensificação de secas severas que tem impactado fortemente cidades e atividades produtivas em todo o país. E, ao mesmo tempo, faz-se necessário atender ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS 6), de modo a prover água potável e esgotamento sanitário para todos, sem



Associação Brasileira de Recursos Hídricos

deixar ninguém para trás, desafios da nova política de saneamento. Tudo isso requer visão estratégica e instituições fortes e capazes tecnicamente nas esferas federativas.

Portanto, **é absolutamente fundamental que os membros da Diretoria Colegiada da ANA, a serem renovados em breve, tenham conhecimento substantivo e trajetória amplamente reconhecidas nas áreas de recursos hídricos e saneamento e sejam capazes de identificar as demandas estratégicas de cada um dos setores.** Isso requer um perfil que tenha visão estratégica, capacidade de construção de Políticas Públicas nas áreas de Gestão de Recursos Hídricos e de Saneamento e compreensão de que a gestão das águas tem fortes componentes técnico, econômico e social.

Nesse contexto, renovamos nossa crença no bom senso, na maturidade e no compromisso com a gestão pública com indicações que possam honrar todo o trabalho construído até o presente momento.

A handwritten signature in black ink, reading 'Synara Olendzki Broch', is centered on the page.

Associação Brasileira de Recursos Hídricos  
Synara Aparecida Olendzki Broch - Presidente ABRHidro